



RETIRADA DE AUTONOMIA DOS POVOS

No último dia 13 de janeiro, logo após o aniversário da Cabanagem, Indígenas do Oeste do Pará mobilizados, principalmente pela CITA - Conselho Indígena Tapajós e Arapiuns, ocuparam a sede da Secretaria do Estado de Educação do Estado - Seduc em Belém do Pará.

O motivo principal foi a aprovação da Lei 10.820/2024 no final do último ano na ALEPA, a mando de Helder Barbalho (MDB) e seu títere da pasta de educação do Estado, Rossile Soares da Silva.





A LEI 10.820/2024 DESTRÓI DIREITOS

Ele simplesmente rasga o Estatuto do Magistério, um instrumento que condessou um conjunto de direitos no campo da educação e trabalhistas dos professores desse setor.

A lei aprovada precariza o trabalho docente com a retirada da gratificação de férias, altera o plano de gratificações do Sistema Modular de Ensino (Some) e de sua versão para os povos indígenas (Somei). Além disso, diminui a carga horária de disciplinas importantes como Sociologia, Filosofia e Artes e acelera a Educação a Distância (EaD), instituindo o ensino pela televisão nas aldeias, territórios quilombolas e comunidades ribeirinhas.



RESISTIR À DESTRUIÇÃO

A lei **destrói**, sem cerimônias, **avanços conquistados** nos últimos **quarenta anos** na **Educação do Campo**, na Educação Escolar **Indígena** e na Educação **Quilombola**.

A Ocupação, no início, começou tímida com cerca de 100 indígenas das etnias Munduruku, Wai Wai, Tembé, Arapiun e Tupinambá. Depois, entrou numa crescente aumentando a quantidade de indígenas e de Povos, se somando as comunidades quilombolas do Alto Acará, ribeirinhos do Baixo Tocantins e indígenas Warao.



RESISTIR À DESTRUIÇÃO

Além disso, os professores não-indígenas, organizados na base do Sindicato dos trabalhadores na Educação Pública do Estado do Pará - SINTEPP, que atuam na educação básica decretaram, numa assembleia poderosa, com milhares de educadores, uma greve geral por tempo indeterminado que começou no último dia 23 de janeiro.

O desmonte da educação pública orquestrada por Helder e Rossiele segue a orientação neoliberal que tecnifica o ensino, precariza ainda mais as condições de trabalho dos profissionais de magistério e aprofunda a educação à distância.



NÃO AO ENSINO À DISTÂNCIA!

A SEDUC instituiu o Centro de Mídias da Educação Paraense (Cemep), modalidade de ensino a distância que funciona com uma televisão e um modem da empresa Starlink. Cada aula, transmitida a partir da sede da Seduc, em Belém, é acessada simultaneamente por até 80 salas de aula em diferentes municípios do estado.

Nesses locais fica apenas um professor mediador, de qualquer disciplina, para reunir dúvidas dos alunos. Os povos dos campos, das águas e das florestas argumentam que o sistema é incompatível com vários territórios, muitas das quais não possuem energia elétrica e dependem de geradores a diesel para necessidades do dia a dia.





TODO APOIO À OCUPAÇÃO!

É importante que cada setor da classe trabalhadora fortaleça a Ocupação da Seduc. Nós, da Coordenação Anarquista Brasileira - CAB, apoiamos incondicionalmente o movimento. Primeiro porque a educação, como demonstram os povos, é uma dimensão central para a construção dos seus territórios.

Precarizá-la, através do fechamento das escolas do campo, da destruição interna de suas gestões democráticas, imposição de currículos urbanocêntricos e coloniais, acabam com seu regime de alternância, são políticas que fazem parte de um projeto genocida em curso hoje na Amazônia.





A FLORESTA NÃO SE VENDE!

Os processos de espoliação não se resumem ao campo da educação. Em meio ao contexto de realização da COP 30 na Amazônia, se intensifica a privatização da floresta com o aumento do mercado de carbono, expansão dos monocultivos de grãos, avanço da pecuária, da exploração madeireira e de saque dos minérios e sua consequente violação dos direitos territoriais dos povos.



PELA REVOGAÇÃO DA LEI 10.820 E CONTRA A COP 30

Por isso, nós da CAB fazemos um chamado para conjunto da sociedade civil organizada a se somar com a Ocupação da Seduc, exigindo a revogação imediata da Lei 10.824/2024, a exoneração de Rossieli da Secretaria de Educação.

Além disso, conclamamos o conjunto de lutadores, do campo libertário e da esquerda revolucionária, a construir uma Anti-Cop 30 em Belém em novembro desse ano.



POR JUSTIÇA CLIMÁTICA E AUTO-ORGANIZAÇÃO DOS TERRITÓRIOS

Trata-se da realização de um conjunto de ações diretas ao longo dos próximos meses, que culminarão num importante encontro em Belém em novembro se somando aos Povos Amazônicos na construção de um futuro possível, com justiça climática, autonomia, autoorganização dos territórios, soberania alimentar e educação popular.

